

Polícia de Confúcio e Ênedy agride jovem da Área Monte Verde

Camponeses da Área Monte Verde denunciam mais uma ação violenta da polícia militar. No dia 13 de fevereiro de 2017, policiais de um grupamento especial da pm, em 2 viaturas e uma caminhonete Hilux branca sem identificação, entraram na área, alegando estarem fazendo um levantamento pro Incra. Eles humilharam uma família e agrediram um jovem menor de idade.

Os policiais passaram em alguns lotes fazendo várias perguntas aos camponeses, como o que eles têm de produções, construções, móveis de casa, se a água é de poço ou de mina, se têm energia, etc. Trabalhadores informaram que os policiais estavam anotando em papéis timbrados do Incra. No 4º lote que eles abordaram, de um camponês que estava na cidade, os policiais já chegaram de forma agressiva. Perguntaram há quanto tempo estavam na área, a camponesa disse que fazia pouco mais de 1 ano. O filho corrigiu sua mãe, falando que fazia 2 anos e foi humilhado por um policial, que disse: *“Deixa de ser mentiroso, há 2 anos eu vim aqui e era tudo mata!”* Quando o estudante quis explicar, o policial continuou com as agressões: *“Cala boca, seu merda!”* O jovem, que estava com a mochila nas costas pra ir pra escola, foi se defender, perguntando por que o policial o estava humilhando daquela forma e 5 policiais foram para cima dele, deram um tapa no pescoço, jogaram-no no chão, pisaram nele, algemaram-no, colocaram-no no camburão. Reviraram a mochila do rapaz, pegaram seu celular e dinheiro, levaram-no para a delegacia de Monte Negro, acompanhado de sua mãe. No registro da operação criminosa, os policiais disseram que o jovem os desacataram e que eles foram obrigados a usar a força.

Assim que o pai soube da agressão, foi atrás do filho e esposa. O jovem estava com a camisa cheia de marcas das botas dos policiais e com um machucado na testa, ele fez um exame de corpo de delito.

Não consta nada no processo jurídico que justifique uma operação policial na área, então os policiais estavam agindo sem ordem judicial, mais uma vez.

Áreas Monte Verde e 10 de maio ameaçadas de despejo

Em dezembro de 2016, policiais militares de Ariquemes, em 2 viaturas, estiveram na Área Monte Verde, fazendo as mesmas perguntas e fotografando as produções e construções camponesas. Eles alegaram estar fazendo um levantamento para uma possível reintegração de posse.

Situação parecida ocorreu na área vizinha 10 de maio. Nas últimas semanas, cerca de 20 policiais da pm, força tática e da polícia federal têm circulado na área, fazendo perguntas aos moradores sobre os líderes, se eles também pensam que a polícia matou os camponeses Edilene e Izaque, sempre de forma intimidadora. Como a área também tem uma ordem de despejo que está suspensa, certamente estes policiais estavam agindo sem ordem judicial. Outra situação suspeita é o fato de não haver nenhuma viatura da polícia federal, apesar de

terem policiais desta tropa.

Camponeses prometem resistir ao despejo

Localizado na linha 35, travessão B0, no município de Monte Negro, a Área Monte Verde é constituída de 123 lotes, cortados pelos camponeses, em setembro de 2015. Cerca de 90 famílias moram na área, em praticamente todos lotes têm produção, com roças e criações variadas. Atualmente, as famílias da área entregam cerca de 800 litros de leite todo dia. A maioria das famílias já tem casas construídas, 60% tem energia.

Quem se diz proprietário das terras é o latifundiário Nadir Jordão dos Reis. A área tem mais de 1.200 alqueires e está localizada na Gleba Rio Alto, que junto da Gleba São Sebastião, somam aproximadamente duzentos mil hectares que se estendem por 7 municípios. Na década de 1990, as duas glebas foram cortadas e piqueteadas pelo Incra em 4 mil lotes de 50 hectares. Eram destinados a reforma agrária, mas foram grilados por fazendeiros e latifundiários, com a conivência de funcionários corruptos do Incra.

A Área 10 de maio, localizada na linha C 54, no município de Alto Paraíso, era a antiga Fazenda Formosa, de quase 1.500 alqueires, que chegou a ser desapropriada pelo Incra para fins de reforma agrária em 1995. Mesmo assim, o latifundiário Caubi Moreira Quito comprou as terras. Camponeses lutam por elas desde 2004. Mais de 150 famílias vivem, produzem e lutam em seus lotes.

Em todos estes anos, as famílias das duas áreas já sofreram inúmeros despejos violentos, com destruição de casas, barracos, roças e criações. Vários camponeses foram agredidos, humilhados, presos, perseguidos, ameaçados, desaparecidos e assassinados. As famílias só querem viver e trabalhar com dignidade e estão dispostas a tudo para conquistar o direito sagrado à terra.

Convocamos todos os camponeses, operários, estudantes, professores, pequenos e médios comerciantes, trabalhadores em geral a se levantarem em defesa dos camponeses das Áreas Monte Verde e 10 de maio.

Lutar pela terra não é crime!

Fim das perseguições contra os camponeses das Áreas Monte Verde e 10 de maio!

Regularização imediata das posses dos camponeses das Áreas Monte Verde e 10 de maio!

Conquistar a terra, destruir o latifúndio!

LCP – Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental

Jaru, 20 de fevereiro de 2017